

UMA REVISÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO: OS PIONEIROS DA ESCOLA ANGLO-SAXÃ

*Ido Luiz Michels**
*Caio Luca Costa***

Resumo: Este estudo objetiva discutir o termo desenvolvimento econômico, identificando os fatores determinantes desse fenômeno, especialmente quando o mesmo é concebido nos primórdios do desenvolvimento enquanto disciplina autônoma (após a II Guerra Mundial). Para tanto, propõe uma revisão histórica da discussão sobre o tema com enfoque nos autores da chamada escola anglo-saxã da economia do desenvolvimento. Conclui-se através desta pesquisa que apesar de a economia do desenvolvimento apresentar um caráter multidisciplinar está ligada ao crescimento econômico através da industrialização, com incrementos reais na renda *per capita* e participação atuante do Estado.

Palavras-chaves: Industrialização, Renda, Estado.

Resumen: Este estudio pretende debatir el término desarrollo económico, a través de la identificación de los factores determinantes de este fenómeno, especialmente cuando se ha sido diseñados comienzos de desarrollo como disciplina autónoma (después de la Segunda Guerra Mundial). Proponemos una revisión histórica de la discusión sobre el tema con un enfoque en los autores de la escuela

* Professor da UFMS. Graduado em Ciências Econômicas (UFSC); Mestrado em Economia Rural (UFPB-Campina Grande); Doutorado em Geografia Humana (USP); Pós-Doutor (USP); <idomichels13@gmail.com>.

**Graduado em Ciências Econômicas (UFMS); Mestrando em Administração (UFMS); <caioluacosta@hotmail.com>.

anglosajona de la economía del desarrollo. El resultado de esta investigación es de que, a pesar de la economía del desarrollo presentar un carácter multidisciplinar, está vinculada al crecimiento económico a través de la industrialización, con verdaderos aumentos en el ingreso per cápita y la participación activa del Estado.

Palabras-claves: Industrialización, Ingresos, Estado.

Abstract: This study has the aim of discuss the term economic development, identifying the determinants of this phenomenon, especially when it is designed in the early development as an autonomous discipline (after World War II). We propose a historical review of the discussion on the subject focusing on the authors from the so-called Anglo-Saxon school of development economics. Through this research we conclude that even though development economics presents a multidisciplinary approach it is linked to the economic development through industrialization, with increments in the *per capita* income and the active participation of the State.

Keywords: Industrialization, Income, State.

Introdução

Desde que o tema desenvolvimento econômico surgiu ele nunca deixou de ser recorrente entre os que discutem políticas econômicas. Ganhando força em tempos de crise financeira mundial, onde a incapacidade dos países mais ricos de manterem o crescimento econômico contrasta com o crescimento sustentado, justamente, pelas nações denominadas emergentes, que buscam alcançar os status de países desenvolvidos. Normalmente as crises tendem a acentuar as disparidades no nível de desenvolvimento econômico, deixando países subdesenvolvidos em situações ainda mais complicadas. No entanto, o núcleo desta crise foi justamente as economias dos países mais ricos, colocando em xeque suas políticas econômicas adotadas até então. Enquanto isso, países emergentes que vêm já há algum tempo buscando de forma contínua implementar um processo desenvolvimentista em suas economias têm uma oportunidade de destacarem-se no cenário econômico mundial, para quem sabe finalmente alcançarem o almejado desenvolvimento econômico.

Entender o que de fato caracteriza o desenvolvimento econômico, quais são seus fatores determinantes, de qual forma pode e deve o Estado interferir no processo desenvolvimentista, se faz importante para que os formuladores de políticas econômicas possam trabalhar em prol deste objetivo. Justifica-se, portanto, a elabo-

ração deste estudo, uma vez que ele se faz proveitoso a estes formuladores de políticas econômicas justamente por pretender auxiliar na resposta dessas questões. De tal forma, que se pretende, através de uma revisão histórica sobre a discussão do tema desenvolvimento econômico perpassando pelas teorias de alguns dos principais pioneiros na discussão do tema, responder as seguintes questões: Qual o conceito de desenvolvimento econômico?; Quais são os fatores determinantes do desenvolvimento econômico e como o Estado pode atuar sobre eles?

Em seguida a esta parte introdutória, apresenta-se uma seção dedicada à uma revisão histórica da discussão sobre o desenvolvimento econômico. Posteriormente são apresentadas brevemente as ideias, conceitos e modelos do processo de desenvolvimento econômico dos principais pensadores pioneiros do desenvolvimento econômico da escola anglo-saxã. Por fim são apresentadas algumas reflexões provenientes da pesquisa desenvolvida.

Histórico da Discussão sobre Desenvolvimento Econômico

Apesar dos autores clássicos da economia terem contribuído indiretamente ao debate sobre o desenvolvimento econômico, suas discussões não abordavam especificamente a este tema, e limitavam-se estritamente à ciência econômica, sem levar em conta o aspecto multidisciplinar que este carregava. No entanto, a partir do período logo após a Primeira Guerra Mundial elavam-se os debates sobre a independência e o futuro econômico das colônias europeias ao primeiro plano das discussões mundiais. Surgindo o que se chamou de “geocultura do desenvolvimento”, tema que se consolidou após a II Guerra Mundial. As razões determinantes para a universalização do tema “desenvolvimento econômico” foram o processo de descolonização asiática e africana, o fracasso econômico liberal dos anos 20/30, a necessidade de reconstrução do pós-guerra, a competição geopolítica e ideológica durante a Guerra Fria e as disputas pelos territórios tornados independentes (FIORI, 1999).

Em mesmo sentido, Cardoso (2012) observa que o fracasso das doutrinas liberais como o *laissez-faire* durante o período entre guerras, abriu espaço para diversas teorias econômicas de cunho intervencionista, derivadas, em boa parte, da própria Revolução Keynesiana, que, assim como a teoria do desenvolvimento econômico desenvolvida por Schumpeter, tiveram grande participação na formação e consolidação da Economia do Desenvolvimento. Essas teorias intervencionistas identificavam falhas de mercado, ressaltando a necessidade de um Estado mais interventor para promover e sustentar o desenvolvimento.

O aporte teórico destas políticas implementadas no período pós-guerra veio por parte de alguns pensadores considerados pioneiros no debate sobre desenvolvimento econômico. Dos quais, de acordo com Hirschman (1981, *apud* Cardoso, 2012), merecem destaque os autores Paul Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal, além dos estruturalistas latino-americanos da Cepal, principalmente Raúl Prebisch e Celso Furtado. Faz-se pertinente ressaltar que apesar de esses autores serem considerados pioneiros na escola da Economia do Desenvolvimento é inegável que suas teorias utilizaram-se da Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter e da Teoria Keynesiana. Mas o que diferenciava os pensadores da escola da Economia do Desenvolvimento dos seus antecessores era a capacidade de extrapolar o conhecimento da economia, buscando incluir no debate conhecimentos provenientes de outras áreas do conhecimento, como a formação histórica sociológica e política do local em análise.

Em mesmo sentido, Cardoso (2012) observa que nesse período ocorreu uma profunda mudança na opinião pública e acadêmica sobre os objetivos do desenvolvimento, incorporando objetivos sociais, tais como adequadas condições de saúde, educação e nutrição. Não se tratando apenas de acrescentar os objetivos sociais aos econômicos, mas também questionando se determinados tipos de crescimento, não causariam alguns problemas sociais. Higgins (1980), por exemplo, observou que a rejeição do crescimento da renda nacional como objetivo único dos projetos desenvolvimentistas, por parte dos teóricos da Economia do Desenvolvimento, mostrou a necessidade de planejar direta e simultaneamente todos os objetivos do desenvolvimento. Inclusive considerando as interações e retroalimentação entre estes objetivos.

Apesar disso, o crescimento econômico ainda era visto como uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento econômico. Isto ocorreu pela própria conjuntura econômica do período, onde o principal objetivo dos países desenvolvidos no pós II Guerra Mundial era promover o crescimento econômico de seus países, inevitavelmente gerando uma relação entre desenvolvimento e crescimento. Portanto, como o aporte teórico da discussão sobre desenvolvimento nos países pobres derivava, de alguma forma, daquele desenvolvido para analisar o crescimento econômico nos países ricos, o crescimento econômico manteve fundamental importância no processo desenvolvimentista.

Fiori (1999) observa que apesar de todos os projetos desenvolvimentistas discutidos naquela época concordarem com a necessidade de um Estado forte, intervencionista e protecionista, eles, assim como os teóricos clássicos, esbarravam na ambiguidade observada referente à relação do Estado na questão das

economias nacionais e os sistemas econômicos e políticos internacionais. Isto fragilizava a discussão teórica e das estratégias político-econômico dos projetos desenvolvimentistas. A dificuldade maior encontrada era:

Que o “Estado” dos desenvolvimentistas foi sempre uma abstração que ora aparecia como construção ideológica idealizada, ora era transformado pela teoria numa dedução lógica ou num mero ente epistemológico requerido pela estratégia de industrialização, sem que tomasse em conta a natureza das coalizações de poder em que se sustentava. (FIORI, 1999, p. 26).

Essa ambiguidade era mais forte entre os autores anglo-saxões, os quais se mantiveram sempre fiéis à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo e ao poder homogeneizador do comércio internacional. No entanto, cada um deles possui uma visão diferente do papel do Estado, Rosestein-Rodan (1943) acreditava que o Estado deveria se restringir à preparação da mão-de-obra e à coordenação dos investimentos industrializantes no longo prazo. Já Nurkse (1952) defendia a participação do Estado como indutor do investimento doméstico e externo. Arthur Lewis (1954) via na abundante disponibilidade de mão-de-obra em níveis de subsistência presentes em economias menos desenvolvidas uma oportunidade de manter constante altas taxas de investimento e lucratividade. Para tanto, caberia ao Estado restringir e manter sob controle poder de negociação dos trabalhadores e assumir uma política protecionista ativa do empresariado local frente à competição externa.

Gunnar Myrdal (1957) e Albert Hirschman (1958), importantes teóricos do desenvolvimento, defenderam posições mais próximas dos estruturalistas latino-americanos. Myrdal via na acumulação e concentração do progresso tecnológico e de capitais de investimento, além de fatores do mercado, como as causas dos baixos níveis de ingresso e poupança e pela escassa capacidade fiscal das nações subdesenvolvidas, dessa forma, fazendo-se necessária coordenação e planejamento estatais, além do protecionismo da indústria nacional. Já Hirschman acreditava que o maior fator inibidor do desenvolvimento era a ausência de um agente articulador capaz de incentivar e coordenar um programa de investimento orientado pelo mercado e suas particularidades, esse papel poderia caber ao Estado.

Os estruturalistas latino-americanos partiram de um ponto completamente oposto aos teóricos anglo-saxões, iniciando suas teorias justamente pela crítica à teoria ricardiana do comércio internacional. Suas discussões partiam da análise do sistema econômico mundial procurando explicar o subdesenvolvimento pela distribuição desigual do progresso tecnológico. Estes teóricos defendiam uma visão estrutural e histórica do capitalismo, um sistema em expansão que foi incorporado a sucessivas periferias especializadas e articuladas com base nos mercados e in-

vestimentos das economias centrais. O principal instrumento indutor do desenvolvimento defendido por estes teóricos era a estratégia de substituição de importações, que deveria ser implementada nas nações subdesenvolvidas através de forte atuação protecionista do Estado, com o intuito de promover a industrialização interna visando sempre o crescimento econômico e o progresso tecnológico.

Com o esgotamento e as críticas à estratégia de substituição de importações ao longo da década de 1950, uma nova vertente do pensamento estruturalista ganhou força ao longo dos anos 1960, as chamadas teorias da dependência. Os adeptos dessa linha de pensamento fizeram uso da visão de periferia capitalista inserida numa economia global e hierarquizada proveniente dos estruturalistas. Havia diferentes vertentes entre os adeptos da teoria da dependência, uma primeira que pode ser destacada via o subdesenvolvimento como resultado de um desenvolvimento capitalista condicionado por um sistema internacional onde países mais desenvolvidos exploravam os menos avançados, certificando-se de manter a dependência desses e apoiados por uma burguesia regional que se beneficiava destas relações. Dentro dessa linha de pensamento, cabe destacar a citação de Wallerstein (1979, p. 61 apud FIORI, 1999), onde de acordo com ele “dentro da economia-mundo capitalista todos os estados não podem se desenvolver simultaneamente por definição, já que o sistema funciona por força de ter núcleos desiguais e regiões periféricas”.

Uma vertente estruturalista é destacada por Fiori (1999), denominada de “teoria do capitalismo tardio” tem como principais pensadores M.C. Tavares, com a tese *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* defendida em 1974, e J. M. Cardoso de Mello, com a tese *Capitalismo tardio* de 1975. Nesta teoria o foco central passou a ser a internalização dos mecanismos de acumulação de capital, fazendo com que a dependência externa passasse para segundo plano das discussões. O desenvolvimento econômico dos países de economia menos avançadas passaria pelo desenvolvimento de um “capitalismo tardio” que leva em conta a formação histórica e econômica como economia exportadora e escravista e o seu momento de inserção internacional num capitalismo já industrializado e monopolista em escala mundial.

Durante a década de 1980 o neoliberalismo ganhava força nas discussões teóricas e conseqüentemente nos programas econômicos mundo a fora. No que tange o desenvolvimentismo, essa guinada ao liberalismo, ou mais especificamente ao neoliberalismo, se refletiu nas teorias surgidas durante a década de 1990, principalmente a “nova economia institucional”. Esta teoria tinha como principais teóricos Ronald Coase e Douglas North, que se utilizavam das teorias neoclássicas, apesar de refutarem a racionalidade ilimitada dos agentes econômicos. Caberia

aos chamados “custos de transação” a existência de mercados imperfeitos, de forma que caberia aos países subdesenvolvidos criarem instituições mais fortes capazes de reduzirem estes custos, diminuindo as incertezas dos empreendedores, seguindo o exemplo dos países mais desenvolvidos.

Neste sentido, conforme coloca Medeiros (2010), em sua análise sobre a literatura contemporânea sobre o desenvolvimento econômico, verifica-se atualmente uma concentração nas explanações sobre as diferentes trajetórias nacionais de desenvolvimento, buscando redefinições sobre o subdesenvolvimento e na elaboração de propostas normativas para nações menos desenvolvidas. Estudos normativos seguem este mesmo referencial teórico institucionalista, procurando inserir novas dimensões e redefinições conceituais sobre o desenvolvimento, tendo como foco central os indivíduos e suas capacitações. Em geral, todos estes estudos terminam com proposições que incentivam programas que busquem a qualificação dos cidadãos das nações mais pobres de forma que possam sair da pobreza por conta própria.

Os Pioneiros do Desenvolvimento Econômico

Após a II Guerra Mundial o tema desenvolvimento veio à tona nos círculos intelectuais, sendo adotado como objeto de estudo principal de diversos pensadores ao redor do mundo. Os motivos que levaram este tema ao primeiro plano já foram discutidos neste trabalho, no entanto, faltou identificar quem foram esses estudiosos do desenvolvimento, quais conceitos cada um introduziu, os princípios dedutivos utilizados e os modelos do processo de desenvolvimento que cada um criou. Segue, portanto, alguns dos principais pioneiros do desenvolvimento econômico e suas ideias.

Paul Rosenstein-Rodan

Paul Rodan é um polonês criado em Viena que desenvolveu seus estudos na Inglaterra. Escreveu em 1943 um texto considerado inaugural da Economia do Desenvolvimento, expandindo a discussão deste trabalho em 1944 com outro trabalho complementar. Nestes estudos o autor discute os problemas econômicos enfrentados pelo leste e sudeste europeu. O autor defendia que a abordagem do processo de desenvolvimento não deveria se dar como uma teoria de equilíbrio estático tradicional, mas sim como uma análise do processo de crescimento desequilibrado, dessa forma levando à compreensão dos problemas do desenvolvimento econômico. Apesar disso Rodan ficou associado à teoria do desenvolvimento equilibrado (CARDOSO, 2012).

De acordo com Rosenstein-Rodan (1943), o desenvolvimento passaria pela industrialização, uma vez que essa tem a capacidade de produzir emprego produtivo para a população agrária excedente, e quando aplicada em regiões mais pobres assume um papel de promover o equilíbrio estrutural na economia internacional. Como a industrialização se concentra em regiões urbanas onde justamente as rendas são mais elevadas, gera-se um ciclo autoalimentado, regiões de renda mais elevadas atraem indústrias e essas por sua vez aumentam a renda destas respectivas regiões. Mesmo que se desenvolva algum processo de industrialização em países subdesenvolvidos, este tende a ser concentrado em algumas poucas regiões. Esta característica da industrialização de se voltar para regiões mais ricas é o que geraria uma diferença cada vez maior entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os mecanismos de mercado não seriam suficientes para resolver essa crescente diferença entre as nações, pelo contrário, se estiverem livres para agir apenas aumentarão o processo cumulativo que gera a desigualdade entre as nações.

A migração do capital em direção ao trabalho, ou seja, em direção à regiões onde a produtividade dos trabalhadores é muito baixa ou quase nula, é o que define a industrialização. E como as economias externas, ou os retornos crescentes, são muito maiores na indústria do que na agricultura, para alcançar o desenvolvimento econômico nas nações subdesenvolvidas é necessário levar a elas a industrialização, que por sua vez se passa pelo progresso da agricultura. Rosenstein-Rodan defende que a inicialmente deve-se desenvolver uma indústria leve intensiva em mão-de-obra, respeitando a divisão internacional do trabalho. A implantação deste tipo de indústria, se bem sucedido, seria suficiente para dinamizar a economia da região voltando-a para uma trajetória de desenvolvimento econômico.

Ao Estado caberia a coordenação e planejamento dos projetos de investimento, de forma a aproveitar possíveis efeitos de complementariedade entre projetos, além de levar essa industrialização a diferentes setores da economia concomitantemente, ocasionando uma transformação em toda a economia, essencial ao processo de desenvolvimento econômico. Dessa forma, seria potencializado o alcance e os efeitos dinâmicos das economias externas geradas por estes investimentos industriais, tudo isso rigorosamente calculado, prevendo-se as demandas de cada empreendimento e também dos trabalhadores que virão a ter sua renda aumentada. Seria também necessário treinar e habilitar a mão-de-obra do país, mais uma responsabilidade do Estado.

Partindo destas estratégias de promover a industrialização através de políticas aplicadas pelo Estado, Rosenstein-Rodan desenvolve a Teoria do Grande Impulso. Basicamente esta teoria sugere que seria necessária uma quantidade mínima

de recursos aplicados no projeto de industrialização de forma a promover o desenvolvimento econômico. Caso sejam aplicados investimentos insuficientes, ou que cresçam de forma gradativa lentamente, o desenvolvimento não se viabilizará, nos casos de países subdesenvolvidos requer-se grandes e profundas transformações.

A integração dos investimentos poderiam se dar através da criação de uma espécie de truste industrial, repetindo o termo utilizado pelo autor, o qual centralizaria os projetos de investimento, os seus custos e retornos. Com este truste, mesmo empreendimentos que não se tornariam viáveis quando analisados individualmente, tornam-se interessantes economicamente quando analisados seus efeitos sobre outros empreendimentos, devido à geração de economias externas.

Quanto ao problema de suprir o capital necessário para a industrialização autor sugere que sejam utilizados recursos tanto nacionais quanto internacionais. O capital internacional seria emprestado ou garantido pelos governos dos países credores, a razão motivadora disso seria a importante contribuição à expansão da renda mundial e à reorganização do comércio internacional que esses países estariam dando. A segurança dos países credores viria do suficiente controle sobre o truste industrial criado, além de um compromisso das autoridades da nação devedora de não manterem políticas tributárias discriminatórias que possam atrapalhar a rentabilidade dos investimentos.

Ragnar Nurkse

Ragnar Nurkse (1907-1995) nasceu na Estônia, foi professor na Universidade de Columbia e teve seu desenvolvimento teórico muito influenciado pela Escola Austríaca. Defendeu uma posição muito próxima a de Roseinstein-Rodan, adotando também a tese do crescimento equilibrado e da teoria do grande impulso. Via no tamanho reduzido do mercado nas economias mais pobres o principal fator limitante do desenvolvimento econômico. Isso ocorreria por desencorajar, e até mesmo inviabilizar a utilização de um maquinário mais moderno, uma vez que sua produção seria grande demais para ser absorvida pelo consumo interno. Conforme coloca Furtado (2007), sendo assim, o problema dos países subdesenvolvidos não seria necessariamente a escassez de poupança, mas sim a falta de estímulo às inversões, por conta da capacidade limitada de absorção do mercado.

De acordo com Nurkse (1952), o incentivo para o uso de capital é limitado, por conta do tamanho reduzido do mercado, ao mesmo tempo em que o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade. Por sua vez o baixo nível de produtividade é causado pela pequena quantidade de capital empre-

gado na produção, a qual é devida ao pequeno tamanho do mercado. Com isso, Nurkse chega a seguinte conclusão: “Estamos em presença de uma conjugação de forças que tendem a manter qualquer economia retrógrada em condição estacionária... O progresso econômico não é uma ocorrência espontânea ou automática”.

Para promover esta passagem do estado de equilíbrio para o de desenvolvimento, Nurkse defende que os programas de desenvolvimento devem envolver um grande número de investimentos sincronizados, uma vez que alguns investimentos isolados podem ser inviáveis e não lucrativos. De tal forma que estes investimentos devem se dar em vários setores, de maneira que um gere demanda para o outro, possibilitando assim o que o autor chama de crescimento equilibrado, o qual seria capaz de gerar economias externas, assim ampliando o tamanho do mercado para cada empresa ou setor.

Existiriam dois tipos de investimento, o investimento “autônomo” que é feito pelas autoridades públicas e financiado com fundos externos privados ou públicos e não depende do estado atual da demanda. O outro tipo de investimento é levado a cabo pelo setor privado e denominado de investimento “induzido”, por ter que ser estimulado por demanda explícita no mercado. Dessa forma sempre caberá ao Estado uma importante participação no processo desenvolvimentista, por ter a capacidade, e a obrigação, de realizar o investimento autônomo de forma a criar condições de mercado que atraiam o investimento induzido, tanto de capital interno quanto externo.

Além do capital externo é necessária aos países subdesenvolvidos a formação de uma poupança interna que seja suficientemente grande para financiar os investimentos. No entanto, existiria nos países de menor renda um fator inibidor de acumulação de capital que Nurkse denominava efeito demonstração. Ao verificarem a diferença do nível de consumo entre os países ricos e pobres, os habitantes das nações de menor renda tendem a aumentar seu consumo, tomando para si necessidades que antes se quer detinham, reduzindo assim sua capacidade de poupança, gerando uma tendência inflacionária e ainda enfraquecendo sua balança de pagamentos. É importante ressaltar que em nenhum momento Nurkse defende que seja aplicado um isolamento dos países de baixa renda em relação ao comércio internacional, mas sim que sejam criadas medidas que possibilitem a extrair mais poupança da renda nacional.

Hans Wolfgang Singer

Hans Wolfgang Singer (1910-2006) nasceu na Alemanha, mas teve sua formação intelectual na Inglaterra. Foi um dos pioneiros da Economia do Desenvolvimento, sofrendo fortes influências das teorias de Joseph Schumpeter e Keynes, dos quais foi aluno nas universidades de Bonn e Cambridge respectivamente. O próprio Singer (1985) destacava o papel de Keynes na Economia do Desenvolvimento, por esse ter formulado um modelo onde caso a economia fosse deixada sem nenhuma intervenção não existiria uma tendência natural ao pleno emprego, cabendo então ao Estado intervir na busca por este objetivo. Além disso, no modelo keynesiano o objetivo da análise reside em como mudar uma situação insatisfatória, tendo um caráter mais revolucionário, o qual Singer leva para sua teoria.

A primeira conclusão que Singer (1952) chega ao explicar seu modelo de desenvolvimento econômico é que a agricultura, apesar de ser o setor que mais cria empregos em economias subdesenvolvidas, não é o setor que mais gera renda. Portanto, o caminho para o desenvolvimento econômico envolve uma modificação estrutural, onde a proporção da população na agricultura terá de cair e o setor não-agrícola deverá expandir-se. Não importa se esta alteração estrutural vem por meio de uma industrialização, pelo desenvolvimento agrícola (intensificação de capital), ou por qualquer outra forma que seja desde que resulte em uma redução relativa do setor agrícola.

Apesar da produtividade marginal nos países subdesenvolvidos ser alta, por conta da escassez de capital, ao medir-se o custo de inserir um novo trabalhador no setor não-agrícola deve-se levar em conta a produtividade de todo um conjunto de fatores necessários, entre eles o capital equipamento diretamente produtivo, mais o exigido para a produção de componentes ou bens complementares, além das provisões de serviços requeridos pelo novo investimento. Justamente aí que Singer (1952) aproxima-se das teorias de Roseinstein-Rodan e Nurkse, por também defender que os investimentos não devem ser isolados, uma vez que devido à baixa produtividade desse conjunto completo necessita-se o máximo aproveitamento das economias de escala, de forma a viabilizar esses empreendimentos.

Não se espera que em uma economia subdesenvolvida haja uma formação de poupança suficiente para financiar as taxas de investimento necessárias para colocar em prática um programa de rápido desenvolvimento. Portanto, Singer (1952), propõe quatro possíveis soluções:

- 1) Reduzir o custo do programa de desenvolvimento, baixando a relação capital/renda (ou aumentando o rendimento por unidade de capital empregado).

- 2) Aumentar a poupança líquida através de tentativas para reduzir o consumo abaixo do nível considerado como voluntariamente aceito com a distribuição existente de renda.
- 3) Reduzir a taxa de crescimento da população, de forma que o dispêndio total no programa de desenvolvimento decresceria exatamente em proporção à taxa de crescimento da população.
- 4) Complementar os recursos nacionais com recursos do exterior.

Quanto a esta última opção, Singer ressalta que os encargos da dívida provenientes do financiamento dos investimentos com capital externo são altamente elásticos em relação à taxa de poupança marginal. De tal forma que um pouco de austeridade agora evitará muita austeridade mais tarde. E a principal fonte de poupança interna que pode se esperar obter de uma economia subdesenvolvida, a qual normalmente já possui um consumo extremamente reprimido, é através da possibilidade de poupar uma alta proporção dos incrementos de renda provenientes do processo de desenvolvimento econômico. Sendo assim é importante atribuir-se, nos programas de desenvolvimento, uma alta prioridade àqueles tipos de empreendimentos onde uma grande fatia dos ganhos é reinvestida em novos projetos.

Arthur Lewis

Nascido na ilha de Santa Lúcia em 1915, quando esta ainda era uma colônia inglesa, Arthur Lewis foi premiado com o Nobel de economia de 1979, por seu pioneirismo no estudo do desenvolvimento econômico, em particular pelo estudo dos problemas dos países em desenvolvimento. Em suas pesquisas desenvolveu dois modelos econômicos que marcam as causas da pobreza entre a população dos países em desenvolvimento, bem como os fatores que determinam o ritmo insatisfatório de desenvolvimento. Divididas em duas principais obras: “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra” de 1954; e “A Teoria do Desenvolvimento Econômico” de 1955.

Arthur Lewis (1954, 1955), seguindo um referencial teórico clássico, desenvolve seus modelos baseando-se na hipótese de oferta ilimitada de mão-de-obra nas economias subdesenvolvidas, de forma que se possa desenvolver uma indústria sem sofrer com pressões derivadas da escassez de mão-de-obra. Essa suposição baseia-se em algumas particularidades dessas economias como, por exemplo, o grande tamanho da população em relação ao capital e recursos naturais existindo assim setores onde a produtividade marginal do trabalho é ínfima, nula

ou mesmo negativa. Existiria, portanto, uma espécie de desemprego disfarçado, onde se alguns trabalhadores, ocupados principalmente em propriedades familiares, deixassem seu posto em busca de outra ocupação não haveria perdas de produção nesses empreendimentos.

Outra reserva de mão-de-obra presente nas economias menos desenvolvidas é o grande número de mulheres fora do mercado de trabalho, as quais se ocupam apenas com os afazeres domésticos. Sendo um dos traços mais marcantes do desenvolvimento econômico a transferência das mulheres de suas casas para os trabalhos comerciais. De tal forma que uma das maneiras mais seguras de gerar crescimento econômico é a criação de novos postos de trabalho para as mulheres. Outra fonte de trabalho para a expansão industrial seria o crescimento populacional resultante do excedente de nascimentos em relação à mortalidade.

Portanto, de acordo com Lewis (1954), o preço do trabalho nas economias subdesenvolvidas corresponderia ao nível de subsistência, dessa forma, a escassez de trabalho não impõe limite algum à criação de novas fontes de emprego. Sendo possível verificar a acumulação de capital e o aumento do emprego sem aumento dos salários reais. Os verdadeiros inibidores do desenvolvimento seriam, portanto, o capital e os recursos naturais, e uma vez tendo esses poderia obter-se também a qualificação necessária à mão-de-obra.

Para Lewis as economias podem ser divididas em dois setores, o setor capitalista, que representa a parte das economias que utiliza capital reproduzível e que retribui aos capitalistas pelo uso destes, e setor de subsistência, é toda parte da economia que não utiliza capital reproduzível. Esses dois setores existem concomitantemente, espalhados pelos diferentes setores da economia. Quanto mais capital, mais trabalhadores do setor de subsistência podem ser levados para o setor capitalista, aumentando o produto *per capita* da economia.

Quanto à questão salarial das economias em desenvolvimento, Lewis observa que o salário pago pelo setor capitalista em expansão é determinado pelo que se pode ganhar no setor de subsistência. Isto gera um problema político, uma vez que o próprio setor capitalista pode utilizar-se de sua influência para manter a produtividade baixa no setor de subsistência, impedindo o desenvolvimento dessa parte da economia.

Um fenômeno observado nas economias que conseguem alcançar o desenvolvimento econômico é o aumento da proporção de poupança na renda nacional. De tal forma, que para alcançar o desenvolvimento econômico é necessário que a distribuição de renda se altere em benefício da classe poupadora. Segundo Lewis,

praticamente toda a poupança provém daqueles que têm lucros ou rendas uma vez que a classe trabalhadora não poupa por que simplesmente não sobra renda para poupar, e a classe média quando já não está endividada poupa muito pouco, normalmente para consumir posteriormente, sobrando apenas os membros do setor capitalistas. A taxa de poupança da economia está diretamente ligada à proporção de lucro, por isto que países que possuem um setor capitalista muito pequeno não conseguem gerar uma poupança. Outra fonte de capital, além dos lucros, provém de um aumento líquido da oferta de dinheiro, principalmente por meio do crédito bancário.

O processo de desenvolvimento pode ser detido quando, apesar de existir excedente de trabalho, ocorram aumentos nos salários reais de tal maneira que reduza os lucros dos capitalistas a tal nível que a totalidade dos lucros seja consumida, não havendo mais investimento líquido. Isso ocorreria por uma das quatro razões a seguir:

- 1) Caso a acumulação de capital se dê mais depressa que o aumento da população, reduzindo o número de pessoas no setor de subsistência, aumentando assim o produto médio por trabalhador neste setor;
- 2) Por conta de um aumento do tamanho do setor capitalista em relação ao de subsistência, alterando a relação real de intercâmbio desfavoravelmente ao setor capitalista, obrigando-o a pagar uma porcentagem maior de seu produto para seus trabalhadores;
- 3) Um aumento na produtividade no setor de subsistência, elevando indiretamente o salário real do setor capitalista, reduzindo o excedente capitalista e a taxa de acumulação do capital;
- 4) Caso a relação de intercâmbio entre os setores se modifique em prejuízo do setor capitalista, por conta de um aumento do preço dos bens de subsistência ou porque o preço não diminui tão rapidamente quanto o exige o aumento da produtividade *per capita* no setor de subsistência ou, ainda, por elevarem os trabalhadores capitalistas seu nível de subsistência.

Albert Hirschman

Albert Hirschman nasceu na Alemanha em 1915, vivendo a maior parte de sua vida e desenvolvendo a maioria dos seus estudos nos Estados Unidos, principalmente nas universidades de Berkeley, Yale, Columbia, Harvard e Princeton. Fez inúmeras viagens a países subdesenvolvidos, inclusive desenvolvendo trabalhos

na Colômbia, Brasil, Chile entre outros países latino-americanos. Baseado nas experiências adquiridas nesses países, Hirschman se opôs à aplicação da doutrina tradicional de desenvolvimento econômico, afirmando que para alcançar o desenvolvimento econômico se deveria atentar às particularidades locais de cada nação em análise, e não apenas adotar princípios econômicos supostamente universais. Outra questão combatida por Hirschman seria a passividade das nações subdesenvolvidas frente a políticas prejudiciais impostas de forma exógena a estas, apenas aceitando todas as sugestões externas, sendo incapazes de desenvolver suas próprias soluções. O conceito geral da teoria de Hirschman é brevemente analisado a seguir.

Para Hirschman (1958), uma vez iniciado o processo de desenvolvimento econômico ele pode se autoalimentar, muito mais por conta da capacidade de encontrar e elencar recursos e habilidades que levem ao desenvolvimento, que estejam escondidos, dispersos ou mal utilizados, do que da habilidade de encontrar combinações ótimas para recursos e fatores de produção dados. O desenvolvimento dependeria da habilidade e determinação de uma nação em buscar tal objetivo, já que nas nações subdesenvolvidas o processo de desenvolvimento econômico seria um processo menos espontâneo do que nos países onde este desenvolvimento ocorreu primeiro. Essa determinação da busca pelo desenvolvimento deveria ser combinada com a identificação das necessidades que precisariam ser saciadas, processo esse que aconteceria gradualmente.

O principal instrumento das políticas desenvolvimentistas seria um processo de industrialização focado principalmente em indústrias com um forte encadeamento para trás, os quais correspondiam a enviar estímulos para setores que forneciam os insumos requeridos por uma atividade qualquer. De acordo com Bianchi (2007), essa ideia era revolucionária para a época, pois implicava que um país que quisesse industrializar-se deveria iniciar seu processo através do estímulo às indústrias de setores líderes que arrastariam atrás de si a indústria intermediária e básica, além do resto da economia. Não sendo viável ou desejável eliminar as tensões e desequilíbrios gerados pelo processo de desenvolvimento, já que haveria uma “virtude criativa” neles.

Caberia, portanto, aos países menos desenvolvidos encontrar seu caminho através de uma sequência desse crescimento desequilibrado. Sendo, portanto, a teoria de Hirschman contrária às teorias do crescimento equilibrado defendidas por Rosenstein-Rodan, Nurkse e Lewis. Seriam os mecanismos que levam ao afastamento do equilíbrio que formariam um padrão adequado ao processo de desenvolvimento, já que, segundo Hirschman, são os desequilíbrios que desencadeiam as mudanças, que por sua vez gerariam novos desequilíbrios.

A indução do desenvolvimento teria início em regiões que se caracterizam como centros regionais economicamente mais fortes. Inevitavelmente isso geraria desigualdades regionais que, por sua vez, geraria pressões e tensões que estimulariam o crescimento nas outras regiões. Isto deriva da principal característica do desenvolvimento, que é extrair forças justamente das tensões e distorções que ele mesmo cria. Segundo o autor, entender, considerar e saber aproveitar este aspecto do processo desenvolvimentista é fundamental para o sucesso na superação do subdesenvolvimento.

Gunnar Myrdal

Nascido na Suécia em 1898, Gunnar Myrdal estudou direito na Universidade de Estocolmo e se doutorou em Economia nos Estados Unidos, retornando à Europa inicialmente para Genebra na Suíça onde permaneceu pouco tempo antes de voltar definitivamente para a Universidade de Estocolmo onde permaneceu por praticamente toda sua vida acadêmica. Dedicou-se inicialmente aos estudos da teoria econômica pura, somente após a década de 1930 começou a dedicar-se à economia aplicada e aos problemas sociais, incentivado principalmente pelos problemas econômicos provenientes da crise de 1929. Pelo seu pioneirismo na teoria da moeda e flutuações econômicas e pela análise da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais, foi agraciado, conjuntamente com Friedrich August von Hayek, com o Prêmio em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1974.

Myrdal (1957) observou uma divisão entre os países em dois grupos: países desenvolvidos, os quais se caracterizavam por possuírem altos níveis de renda *per capita*, integração nacional e vultosos investimentos; países subdesenvolvidos, que possuíam baixos níveis de renda per capita e reduzidos índices de crescimento. Dentro dos próprios países existiriam também desigualdades regionais, com regiões mais prósperas e desenvolvidas que outras mais pobres e com menos dinamismo econômico. O autor conclui ainda que o número de países desenvolvidos é muito menor que o de subdesenvolvidos, além disso, os mais prósperos tendem a aumentar seu grau de desenvolvimento, enquanto os subdesenvolvidos tendem a piorar sua situação. Essa é uma das mais importantes constatações de Myrdal, já que na época em que observa esse fenômeno predominava a teoria de que os países menos desenvolvidos automaticamente convergiriam para o estado em que se encontravam os mais desenvolvidos, dado o efeito positivo que teoricamente o desenvolvimento exerceria sobre os outros países.

O fato das teorias vigentes até então separarem suas análises em fatores econômicos e não econômicos limitava a análise das disparidades regionais apontadas

por Myrdal. Por isso, o autor desenvolveu uma teoria baseada em um processo de causação circular cumulativa, onde o sistema econômico é instável e desequilibrado. Existiria um ciclo vicioso, onde fatores negativos causam outros fatores negativos e fatores positivos tendem a gerar efeitos também positivos. Isto implica que, ao menos que sejam realizados esforços no sentido contrário, as desigualdades regionais (dentro e entre países) tendem a se agravar.

De acordo com a teoria da causação circular cumulativa são vários os fatores relacionados entre si que explicam uma situação de desigualdade econômica, por exemplo, a desigualdade entre dois países pode ser determinada por questões culturais, comerciais, por disponibilidade de riquezas naturais, renda interna, grau de investimento, nível de instrução médio, estabilidade política e econômica, entre inúmeros outros. Quando se atua em pelo menos um desses fatores, os demais elementos são induzidos a se alterarem, provocando mudanças secundárias no sistema, que por sua vez causam mudanças terciárias, e assim sucessivamente, intensificando os movimentos iniciais. Como coloca o autor:

Em geral uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade. (Ibid., p. 34).

Tendo em vista os efeitos que alterações em fatores que explicam o desenvolvimento podem ter no desenvolvimento econômico como um todo, Myrdal defende a importância de um Estado de integração nacional, auxiliado por uma sociedade civil organizada, com o intuito de contrabalancear/neutralizar/potencializar os efeitos negativos/positivos da lei de funcionamento do sistema circular cumulativo. Um fenômeno observado Myrdal é que quanto mais alto fosse o nível do desenvolvimento de uma nação, mais fortes tenderiam a ser os “efeitos propulsores” que induzem ao desenvolvimento. De tal forma, que uma das razões que explicam a dificuldade de superar o subdesenvolvimento reside no fato de os “efeitos propulsores” serem fracos nesses países, ou seja, as políticas indutoras de crescimento devem ser mais fortes em regiões subdesenvolvidas para gerarem um mesmo efeito sobre a economia que gerariam em locais desenvolvidos. Além disso, existiriam os chamados “efeitos de polarização” que representam uma tendência do capital de se alocar em regiões onde já foi empregado com sucesso anteriormente, ou seja, em centros econômicos já estabelecidos.

Caberia, portanto, aos Estados das nações subdesenvolvidas programarem políticas necessárias para consolidar a democracia, diminuir as disparidades, intensificar os “efeitos propulsores” e minimizar os “efeitos de polarização”, neutralizan-

do as forças de mercado que resultam em disparidades regionais e estimulando o desenvolvimento econômico em um processo de causação circular.

Conclusões

Apesar de esta pesquisa objetivar a discussão sobre os conceitos adotados para o termo desenvolvimento econômico, através dela ficou muito claro o quão complexo é este conceito e o quanto seu entendimento está ligado a juízos de valores, formações ideológicas, experiências práticas vividas, interesses pessoais e particulares, entre diversos outros determinantes. No entanto, através do estudo dos pensadores pioneiros do desenvolvimento econômico, no caso das escolas europeias e americanas (provenientes de países desenvolvidos), é possível identificar alguns pontos de convergência entre suas ideias, o que contribui para a formulação de uma ideia geral do que pode se chamar de desenvolvimento econômico.

Um processo de desenvolvimento econômico requer uma mudança na estrutura produtiva de uma nação, de forma a gerar um incremento na renda, principalmente na renda *per capita*. Para que um país possa ser chamado de desenvolvido, esse processo deve resultar não somente em incrementos absolutos da renda, mas também numa melhor distribuição da renda e riqueza, além de oferecer uma relativa igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, sem esquecer as classes mais pobres do país. Para praticamente todos os pensadores pioneiros do desenvolvimento econômico, mesmo entre aqueles mais inclinados à doutrina do *laissezfaire*, o Estado tem um importantíssimo papel como indutor do desenvolvimento econômico. Cabendo normalmente ao Estado iniciar o processo desenvolvimentista, além de manter o equilíbrio desse processo e as condições necessárias a sua perpetuação.

Além dos autores citados neste estudo, podem ser inclusos como pioneiros do estudo do desenvolvimento econômico diversos outros estudiosos, em especial os autores da escola estruturalista latino-americana, Celso Furtado e Raúl Prebisch. Ficando, portanto, como sugestão de estudo futuro uma revisão teórica que busque englobar autores que por ventura tenham ficado de fora desta pesquisa. Além disso, muito se discutiu posteriormente aos estudos pioneiros em relação ao desenvolvimentismo, ficando, portanto, também como sugestão um estudo que pretenda revisar as pesquisas mais recentes sobre o tema.

Referências

AGARWALA, A.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. *Econ. soc.*, Campinas, v. 16, n. 2, ago. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 fev. 2013.

CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado em Ciências.

FIORI, José Luis. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: Fiori, José Luis (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FURTADO, Celso. *Memórias do Desenvolvimento*. Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

HIGGINS, Jean Downing. The Reluctant Planner: An Overview. In: Cook, W. D. e Kuhn, T. E. (eds.), *Planning and Development Processes in the Third World*, *TIMS Studies in Management Science*, New York: North Holland, 1980.

HIRSCHMAN, Albert Otto. The Rise and Decline of Development Economics. In: *Essays in Trespassing – Economics to Politics and Beyond*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HIRSCHMAN, Albert Otto. *The Strategy of Economic Development*, New Haven: Yale University Press, 1958.

LEWIS, Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (eds.), *A Economia do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, ([1954] 1969).

LEWIS, Arthur. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, ([1955] 1960).

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Instituições e desenvolvimento econômico: uma

nota crítica ao “nacionalismo metodológico”. *Econ. soc.*, Campinas, v. 19, n. 3, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 jan. 2013.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro: Editora Saga, 2ª ed., ([1957] 1968).

NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In: Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (eds.) *A Economia do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, ([1952] 1969).

ROSENSTEIN-RODAN, Paul. Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (eds.), *A Economia do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, ([1943] 1969).

ROSENSTEIN-RODAN, Paul. *The International Development of Economically Backward Areas*, International Affairs (Royal Institute of International Affairs), vol. 20, nº 2, p. 157-165, 1944.

SINGER, Hans Wolfgang. O mecanismo do desenvolvimento econômico. In: Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (eds.), *A Economia do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, ([1952] 1969).

SINGER, Hans Wolfgang. The Relevance of Keynes for Developing Countries. In: Wattel, H. (ed.), *The Policy Consequences of JMK*, 1985.

WALLERSTEIN. I. Present state of the debate on world inequality. In: Id, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1979.

WALLERSTEIN. I. *The Modern World System*. Academic Press, Nova York, 1974.